

Pautas contraditórias

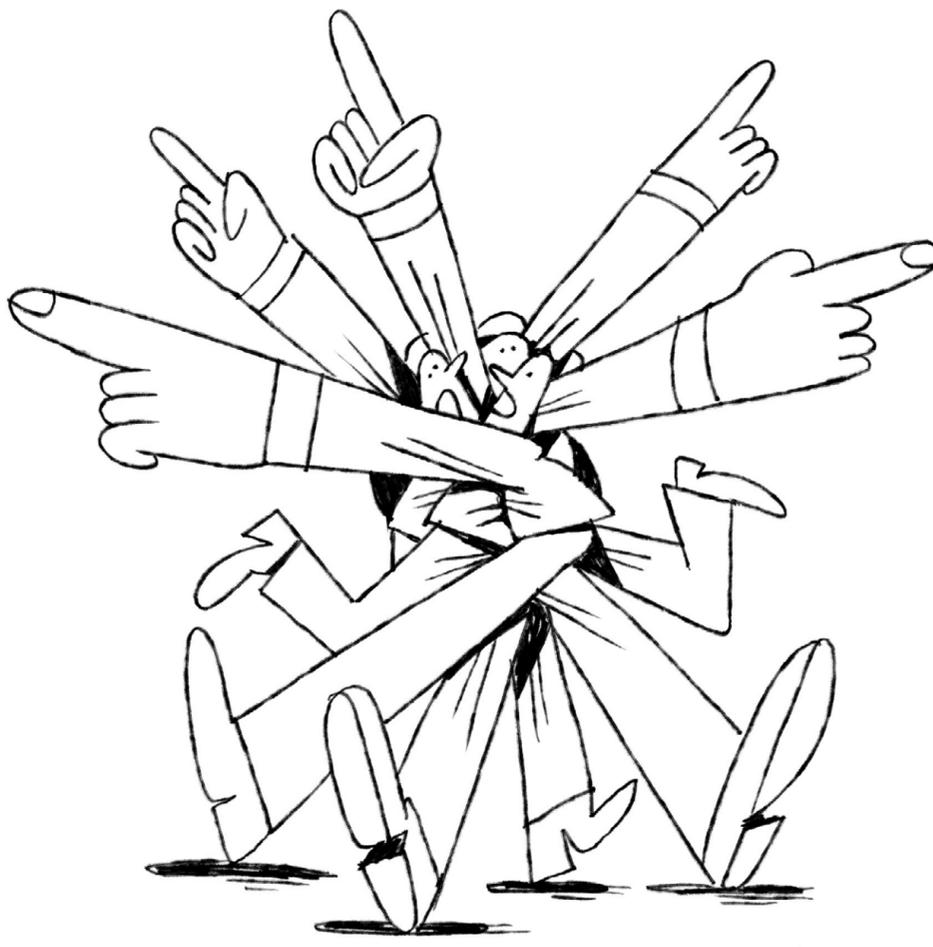
» CRISTOVAM BUARQUE
Professor emérito da Universidade de Brasília (UnB)

É surpreendente como as sucessivas vitórias eleitorais da direita ainda surpreendem analistas e militantes de esquerda presos à antiga Era de Abundância, por não perceberem a pauta dos eleitores na Era dos Limites: visível no desequilíbrio ecológico, no esgotamento financeiro dos Estados, na pressão dos imigrantes, nas reivindicações das minorias, nos deficits previdenciários, na inversão da pirâmide etária com mais velhos e menos jovens.

Até recentemente, com os recursos que pareciam ilimitados na natureza e no Estado, a esquerda apontava na direção do aumento dos direitos sociais. Era possível receber imigrantes sem reduzir direitos já conquistados, aumentar o consumo sem pressionar desequilíbrios ecológicos para as gerações futuras, atender a crescentes benefícios previdenciários, respeitar minorias sem ofender a maioria. A migração em massa desarticula os direitos conquistados em décadas passadas, a crise ambiental não permite oferecer o mesmo padrão de consumo às gerações futuras, as finanças públicas desequilibradas não asseguram os recursos fiscais necessários para aposentadorias e outros benefícios. Com a consciência dos limites de recursos e o fim da ideia de abundância para todos, esses direitos e promessas ficam ameaçados, e o eleitor opta pela direita para defender privilégios com a mesma lógica que antes votava em propostas progressistas da esquerda para aumentar direitos.

O eleitor fica na direita porque mantém a mesma lógica democrática de usar seu poder soberano para construir de imediato uma sociedade melhor para si e seu entorno. Antes, era abrindo as fronteiras para as novas gerações. Originários de outros países, os estrangeiros, agora, já não cabem dentro das fronteiras nacionais: nem os estrangeiros geográficos que pedem para entrar; nem os estrangeiros sociais, os pobres do próprio país, que um livro de 2002 chamava de “inestrangeiros”; nem os estrangeiros geracionais, jovens atuais e os que ainda vão nascer e precisarão evitar a hecatombe climática.

A pauta dos eleitores perdeu sintonia com a pauta humanista, mas as chamadas forças progressistas mantêm-se prisioneiras a um tipo de futuro que o presente faz impossível. A visão humanista olha o futuro da humanidade com ampliação de direitos para todos os seres humanos, não importa em que lado estiver da fronteira geográfica, social ou geracional. O discurso da direita fala para o presente e para a nação, com a manutenção dos privilégios, a garantia da ordem



e dos costumes e ainda oferece paliativos sociais que acenam a uma utopia provisória, como carro elétrico que minoraria a crise ecológica sem resolvê-la e rendas mínimas que mitigam a penúria dos pobres sem superar a tragédia da pobreza, sem incorporar os “inestrangeiros”.

A Era dos Limites criou um divórcio entre o humanismo planetário e futurista, e a democracia nacional e imediatista. O eleitor defende seus interesses locais e de curto prazo, mas a esquerda, em vez de inventar novas utopias, fica presa na nostalgia ideológica, até da necrofilia ideológica. Não oferece propostas para fazer a democracia avançar a alguma forma de “humanocracia” (voto nacional submetido a valores universais); não busca convencer o eleitor a entender os riscos ecológicos e morais da xenofobia e do imediatismo contra a humanidade e o futuro; nem desperta em cada indivíduo um sentimento de solidariedade com todos os seres humanos e com a natureza; não propõe uma alternativa

à riqueza medida pelo PIB. Não entende que seu humanismo é recusado porque não atende à pauta dos eleitores com horror ao futuro, aos riscos, aos estrangeiros, às incertezas, à violência, ao crime, às mudanças no clima e nos costumes. No lugar de oferecer novas utopias convincentes filosoficamente e sedutoras eleitoralmente, a esquerda prefere ficar presa a ideias do passado ou cair no eleitoralismo, ou substituir a legítima vontade individualista e imediatista do eleitor pela vontade ilegítima de autocratas. No lugar de perceber o esgotamento de suas ideias, acusa o eleitor e a direita eleita.

A esquerda precisa entender as mudanças ocorridas, tratar as ideologias passadas como peças de museus intelectuais, do tempo anterior à Era dos Limites, e formular novos sonhos e propostas necessárias para ampliar direitos sociais e ecológicos a toda humanidade com apoio do eleitor nacional que não quer perder seus privilégios atuais em nome do futuro e da humanidade.

A mão pesada dos burocratas sobre os ombros do cidadão

» JOSÉ NATAL
Jornalista

O cidadão Hélio Marcos Beltrão, que nasceu em 15 de outubro de 1916, e morreu em 20 de outubro de 1997, aos 81 anos, talvez tenha sido a única autoridade brasileira do século a se interessar, de fato e com argumentos, a lutar e se empenhar em acabar, ou diminuir, a massacrante burocracia que assola o país, quase como uma doença sem cura. Beltrão — homem moderno, de mente brilhante e sempre à frente de seu tempo enquanto cidadão — foi o brasileiro que se atreveu a criar e dar asas ao extinto Ministério da Desburocratização, órgão criado ainda no governo militar de Costa e Silva e no de Figueiredo. Ministério, aliás, que se perdeu por aí, e nem os burocratas sabem explicar porque ele acabou, ou se um dia existiu.

Enquanto atuou, o ministério de Beltrão enxugou pastas, rasgou centenas de fichas que registravam coisa nenhuma e sinalizou para os brasileiros que inúmeras filas seriam, e foram, diminuídas ou extintas. Pena, muita pena mesmo, que o ministério teve vida tão curta, deixou poucos seguidores. Nenhum governo brasileiro, depois da passagem de Beltrão por ele, se preocupou em aprimorar o que foi iniciado por Beltrão. Ao contrário, em muitos casos, desmantelou o que ele fez. Vale ressaltar aqui alguns itens onde a burocracia atua altaneira e soberana, sem risco algum de ser molestada por quem quer que seja, e todos eles, de alguma forma, prestigiados pelo governo. Leia-se, funcionários públicos, principalmente.

Em Brasília, capital da República, talvez esteja instalada e funcionando a maior concentração de burocratas do país. Há quem diga, em tom jocoso, que o ninho dos burocratas tem caixa postal, CPF e demais ingredientes sediados no DF. Alguns exemplos de fato estão vivos na memória dos brasilienses, 24 horas por dia. Se não, vejamos. Só pode ser excesso de burocracia o fato de que todas as escadas rolantes da Rodoviária de Brasília, desde que existem, nunca funcionaram como deveriam funcionar, fato que resvala no desrespeito ao cidadão e é um atestado de péssima gestão de quem deveria cuidar do problema. Para a mídia e o cidadão, quando perguntam aos responsáveis o que acontece, a resposta é sempre a mesma: Tudo está sob controle, estamos aguardando uma peça e, em breve, tudo voltará ao normal.

Normal que nunca existe, porque a burocracia impede a compra dessa peça, a licitação não foi feita porque faltou um documento, e esse documento depende de uma liberação de um funcionário que está de férias. Isso se chama burocracia pública, aliada ao desprezo e desinteresse em atender aos anseios da comunidade. O governo libera e autoriza que condomínios de toda ordem se instalem na cidade, e sejam regularizados, em qualquer ponto. O cidadão compra um lote, constrói uma residência e, ali, instala sua família. Depois, esse mesmo cidadão precisa de um Habite-se para tornar sua moradia legal e pronta a ser por ele ocupada, ou até para ser negociada. Esse mesmo governo que autorizou a vida do condomínio e a construção da casa, para providenciar esse Habite-se ao morador, exige de sete a oito documentos, cobra taxas elevadas, obriga o cidadão a fazer mudanças estruturais e a esperar de três a quatro meses para que esse documento seja liberado.

Aburdo e má gestão. Por que não emitir o Habite-se no momento em que o cidadão ocupa o imóvel, que é dele, que ele construiu? Ou então, por que não ser ágil e eficiente na emissão desses documentos, quase todos eles sem nenhuma importância para a comunidade? Isto se chama burocracia burra, que está longe de ser extinta. Até porque, certamente, exigirá taxas que obriguem o cidadão a engordar a barriga faminta da receita.

Hoje, com a internet cada vez mais atuante e a inteligência artificial dominando o mundo, aceitar os entraves criados pela burocracia é revoltante. Está na mídia, em todos jornais, rádios e tevê, o drama das famílias que perderam tudo com os alagamentos no Sul, uma tragédia imensa. Pois bem, mesmo diante desse quadro assustador e interminável, os sinais da burocracia aparecem, fincam raízes e dificultam as ações daqueles que querem e sabem trabalhar. O próprio governo, que comanda essas ações, devido à burocracia criada por ele mesmo, impede o sucesso esperado por todos. Projetos que duram meses para serem desenhados, documentos que atrasam o socorro. Discriminam pessoas e criam barreiras que seriam facilmente superadas não fossem as ações desse exército do “mais fácil complicar do que simplificar”.

O governo federal e os estaduais deveriam falar menos e agir mais, exigindo medidas práticas e objetivas, sem que isso seja considerado ameaça aos segmentos, a lei exige. Desburocratizar deveria ser matéria nos bancos escolares, doutrinando, desde cedo, o combate a práticas ultrapassadas que atrasam o país e impedem e punem a criatividade daqueles que sabem fazer o que precisa ser feito, economizando tempo e dinheiro. Pena que, nos tempos de hoje, principalmente no meio político e no funcionalismo público, é raro aparecer personagens como Hélio Beltrão. E, se aparecer, sem burocracia, vai aparecer alguém da escala pública para deletá-lo. Preste atenção nisso.

A vez do cidadão-consumidor de energia elétrica

» CLAUDIA COSTA

Pós-doutoranda e visiting scholar em direito constitucional pela Universidade Deusto, professora de direito constitucional na Universidade Mackenzie e ex-diretora Adjunta do Procon-SP

Em janeiro de 2028, terá início a terceira etapa da abertura do Mercado Livre de Energia, 30 anos depois de sua criação, quando a população brasileira poderá escolher livremente de quem contratar o fornecimento de energia elétrica. Será um momento crucial para a Agência Nacional de Energia Elétrica (Aneel) e o seu papel como agência reguladora em defesa do consumidor e promotora da concorrência.

Por definição, as agências reguladoras são órgãos de Estado, e não de governo, que devem privilegiar os interesses de toda a sociedade. Essa foi uma das grandes mudanças ocorridas no Brasil no final do século passado, quando passamos de um Estado fortemente atuante como agente econômico em setores estratégicos para o desenvolvimento do Estado Regulador, com órgãos autônomos para normatização, disciplina e fiscalização dos agentes privados no segmento de mercado regulado. No setor de energia, o organismo responsável é a Aneel, que tem o dever de fomentar a concorrência para garantir a universalização do acesso à energia elétrica.

Energia é um bem intangível, é direito de todos os brasileiros ter acesso a ela e dever do Estado garantir seu fornecimento, como disposto no artigo 1º, inciso III da Constituição Federal de 1988. A abertura do Mercado Livre de Energia para toda a população está contida no Projeto de Lei nº 414/2021. O documento aguará a criação de uma comissão temporária pela mesa diretora da Câmara dos Deputados. O

objetivo é aprimorar o modelo regulatório e comercial do setor elétrico com vistas à expansão do mercado livre.

Resumidamente, o modelo regulatório é o conjunto de normas que estipula como as empresas privadas devem executar a prestação de serviços públicos, sempre em benefício da coletividade. Por isso, com a abertura do Mercado Livre de Energia em 2028 para toda a população, a sociedade deve, sem demora, participar dessa discussão para garantir seus direitos.

Consumo de energia elétrica é um dos indicadores que apontam o desenvolvimento de um país. No Brasil, de acordo com a Empresa de Pesquisa Energética (EPE), ligada ao Ministério das Minas e Energia, cada ponto percentual positivo do PIB representa quase o dobro (1,8) em crescimento de consumo de energia.

O aumento na demanda energética brasileira segue uma curva de crescimento acentuada. Segundo os dados levantados e organizados pela EPE, o consumo no Brasil deve aumentar em 2,9% anualmente até 2029. O fornecimento de energia também segue em espiral positiva. Dados divulgados pelo Operador Nacional do Sistema Elétrico (ONS) mostram que, em 2027, o Brasil vai gerar 250GW, contra 214GW em 2023. O volume de energia pode ser ainda maior se os novos empreendimentos eólicos e solares entrarem em operação dentro do cronograma previsto por seus empreendedores. Nesse caso, o volume de energia que seria colocado à disposição

do país chegará a 281GW.

No ranking atual de sistemas geradores de energia, o líder no Brasil é a hidroelétrica, com 52,2% de participação. Na segunda posição, está a geração eólica (12,6%), seguida pela MGD, sigla para micro e minigeração em pequenas centrais de energia elétrica locais que utilizam fontes renováveis (10,7%). Na sequência, vêm a térmica com gás natural (8,1%), a biomassa (7,4%) e a solar (4,5%).

Segundo o ONS, nossa matriz de fornecimento está em transformação para se tornar mais limpa. As energias eólica e solar devem aumentar suas participações na energia gerada no país. Em 2027, o operador nacional prevê que a energia eólica será responsável por 14,6% do total, ante 12,6% este ano. E a solar também crescerá sua contribuição, passando dos atuais 4,5% para 7,7% em quatro anos.

Atualmente, o Mercado Livre de Energia é usufruído por empresas. Em quatro anos, será a vez do cidadão, sem distinção quanto ao volume de consumo de energia. Por isso, é importante que as regras dessa nova realidade de relação de prestação de serviços sejam claras. É fundamental termos um arcabouço de normas reunidas no marco regulatório que protejam os consumidores, independentemente do seu porte.

Este é o momento de pôr em pauta um assunto dessa relevância. Pode parecer muito cedo, mas, para o cidadão-consumidor, toda hora é hora de garantir seus direitos e de lembrar ao Estado os seus deveres.